

## A ECONOMIA ECOLÓGICA E SUAS RELAÇÕES COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ANÁLISE NO LITORAL DO PARANÁ

**Caroline de Góis Stelma<sup>1</sup>; Sofia Amaro Ferreira<sup>2</sup>; Ana Caroline da Silva<sup>3</sup>; Valdir Frigo Denardin<sup>4</sup>.**

**GT:** Ecosocioeconomia: Teoria e Práxis

### **Resumo**

O presente trabalho analisa as relações entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) no Litoral do Paraná e os princípios da Economia Ecológica, reconhecendo o turismo como prática social capaz de promover o desenvolvimento sustentável em territórios tradicionais. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender o turismo para além da lógica econômica hegemônica, considerando os limites ecológicos e os modos de vida das comunidades locais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica narrativa e observação participante como principais procedimentos metodológicos. Foram realizadas visitas a três comunidades praticantes do TBC no município de Guaraqueçaba: Recanto Cogrossi, Hospedaria Pedra Chata e a residência de Dora, na Ilha Rasa. As visitas favoreceram o envolvimento com as dinâmicas sociais e culturais das comunidades, revelando práticas pautadas na subsistência, na valorização da cultura local e na hospitalidade. Os resultados indicam que o TBC incorpora princípios centrais da Economia Ecológica, como o respeito à escala ecológica, a distribuição justa de recursos e a valorização do capital natural. Conclui-se que o TBC, ao promover práticas de baixo impacto e protagonismo comunitário, constitui uma alternativa viável ao modelo turístico convencional, dialogando diretamente com os fundamentos da Economia Ecológica e contribuindo para a construção de territórios sustentáveis.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Ambientais; UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [carolinestelma@ufpr.br](mailto:carolinestelma@ufpr.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Ambientais; UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [amariosofia@ufpr.br](mailto:amariosofia@ufpr.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Ambientais; UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [ana.caroline2@ufpr.br](mailto:ana.caroline2@ufpr.br)

<sup>4</sup> Doutor em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, economista; UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [valdirfd@ufpr.br](mailto:valdirfd@ufpr.br)

**Palavras-chave:** Economia Ecológica; Turismo de Base Comunitária; Litoral do Paraná.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia ecológica nasce do diálogo interdisciplinar entre cientistas que perceberam que a economia neoclássica ignorava os limites físicos do planeta, não considerava os impactos ambientais da produção e do consumo e tratava a natureza como um “estoque infinito” de recursos (MEADOWS *et al.*, 1972). Uma das contribuições teóricas para a evolução do conceito é a obra “Os Limites do Crescimento” de 1972 desenvolvida pelo Clube de Roma (usando o modelo computacional World3), esse estudo simula cenários globais e alerta para o colapso ecológico e social, caso o crescimento continue de forma descontrolada. A economia ecológica defende o fim do aumento econômico quantitativo, compreende que vivemos em um planeta com recursos finitos, sendo a economia um subsistema aberto dependente dos serviços ecossistêmicos (DALY; FARLEY, 2004).

Em contrapartida, a economia neoclássica parte do princípio de que as necessidades humanas são ilimitadas, ou seja, as pessoas nunca estão satisfeitas e sempre vão buscar por mais bens e serviços. Defende o crescimento econômico contínuo e a atribuição eficiente dos recursos disponíveis através do mercado como forma de produzir o bem-estar humano (DALY; FARLEY, 2004).

Desde o século passado, pesquisadores tentam alertar sobre a crise sistêmica que a humanidade está enfrentando que tem se agravado no contexto atual, mostrando que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político operacional que rapidamente impacta dois processos importantes para a vida humana: o processo de preservação de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais (MAIA, 2023). Rever o modelo de desenvolvimento econômico vigente exige que tudo que está conectado com esse sistema também seja revisto.

O turismo, de forma geral, é visto como uma atividade que possibilita a geração de renda, o crescimento e fortalecimento econômico de uma determinada região, segundo Faria (2007, p. 4) “é um fenômeno social de natureza espacial, ou seja, um contingente de pessoas que se movimenta de um lugar de residência habitual para outro onde irá realizar a experiência turística e ali permanecer por um período de tempo.” Foi em meados de 1980 que cientistas começaram a questionar essa visão, focada apenas no crescimento

econômico, e analisar de que forma essas atividades estavam acontecendo e quais seus impactos no território.

Compreendido como turismo de massa/ turismo predatório esse tipo de atividade não busca analisar os efeitos decorrentes de suas ações, mas sim satisfazer as necessidades momentâneas de um determinado público que se desloca até o local de desejo utilizando-se do discurso desenvolvimentista, que parte da premissa de geração de renda local, mas o que de fato se observa é que há uma concentração de riquezas, que não param no bolso das comunidades locais, pelo contrário, essas seguem marginalizadas dentro do seu próprio território (MAIA, 2023).

Os impactos do turismo não podem ser avaliados apenas pela ótica da geração de renda ou crescimento econômico. Como destaca Faria (2007, p.2) “O resultado revela que os impactos vistos unicamente pela ótica econômica são positivos, mas ao contemplar as outras dimensões, se percebe um desgaste do território que merece cuidados para garantir a sustentabilidade do destino”. A Economia Ecológica, ao reconhecer o valor intrínseco da natureza e a importância de manter o capital natural para as gerações futuras, contribui para uma análise mais crítica da atividade turística em territórios sensíveis.

Surge, como alternativa ao turismo de massa, o conceito do Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC, explica Coriolano. (2009, p.282) “[...] é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. Além disso, entende-se que:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (Irving, 2009, p. 111).

Fazendo um recorte de estudo que compreende a região do litoral do Paraná é possível visualizar de que forma o turismo ocorre nesses municípios. Segundo Cabral, Irving e Nasr (2024), a Região Turística Litoral do Paraná (RTLPL) é composta por sete municípios situados ao longo do litoral do estado. Ao Norte estão Guaraqueçaba, Antonina e Morretes; na porção central encontra-se Paranaguá; e ao sul da Baía de Paranaguá, localizam-se os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Todos, com exceção de Morretes, possuem acesso direto ao Oceano Atlântico.

O território é caracterizado por sua expressiva diversidade ecológica e sociocultural. Abrange ecossistemas de Mata Atlântica em bom estado de conservação e comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas, indígenas e agricultores familiares. Aproximadamente 80% da cobertura territorial é protegida por Unidades de Conservação nas esferas municipal, estadual e federal (DENARDIN; LOUREIRO; SULZBACH, 2009).

Ainda conforme Cabral, Irving e Nasr (2024), a RTLP convive com dinâmicas contrastantes, como a presença do Complexo Portuário de Paranaguá, de grande relevância econômica, e a permanência de populações que vivem em territórios tradicionais. Além disso, destaca-se o turismo sazonal, concentrado principalmente nos meses de verão e em localidades como os balneários, a Ilha do Mel e Morretes.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) no Litoral do Paraná e os princípios da Economia Ecológica, identificando possíveis diálogos em suas bases teóricas e aplicações. Para atingir tal objetivo, as seguintes etapas serão seguidas: apresentar conceitos e princípios fundamentais da Economia Ecológica; apresentar os fundamentos do Turismo de Base Comunitária e contextualizar as iniciativas no litoral do Paraná; relatar e refletir sobre uma experiência de vivência em iniciativas de Turismo de Base Comunitária no município de Guaraqueçaba e demonstrar como o TBC é uma alternativa contra hegemônica de desenvolvimento em diálogo com a economia ecológica.

A escolha por analisar o Turismo de Base Comunitária com o olhar da Economia Ecológica justifica-se pela necessidade de compreender o turismo em comunidades como prática que supera o viés meramente econômico. No contexto do litoral do Paraná, onde se concentram comunidades tradicionais que vivem da agricultura, da pesca e de relações territoriais pautadas na subsistência, torna-se essencial pensar o turismo a partir de uma perspectiva que respeite os limites do território e os modos de vida locais.

## **2 METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos por este trabalho foram utilizadas duas estratégias metodológicas principais: a revisão bibliográfica e a observação participante.

A revisão bibliográfica realizada segue a abordagem narrativa, conforme caracteriza Rother (2007), que a define como uma abordagem apropriada “para descrever

e discutir o desenvolvimento ou “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”. Diferente da revisão sistemática, a narrativa não exige protocolos rígidos, o que permite maior flexibilidade na seleção das fontes e na articulação dos conteúdos, sendo o ideal para pesquisas qualitativas, que ainda assim, demandam rigor e coerência na análise, permitindo compreensão de aspectos simbólicos, culturais e relacionais do grupo observado (CORREIA, 2009). De acordo com Spradley (1980, *apud* CORREIA, 2009), a observação participante vai além da simples descrição dos fenômenos, permitindo a identificação dos sentidos e as dinâmicas sociais que estruturam a realidade investigada.

Para Correia (2009), trata-se de uma técnica de excelência nos estudos qualitativos, pois favorece a compreensão das ações no contexto em que ocorrem, com os pesquisados atuando como instrumento de coleta e interpretação de dados. Durante o processo de observação, buscou-se adotar uma postura reflexiva, aberta à escuta, evitando preconceitos e estereótipos, como propõe Leininger (1985, *apud* CORREIA, 2009).

Foram realizadas saídas de campo a três iniciativas de Turismo de Base Comunitária no município de Guaraqueçaba: o Recanto Cogrossi, a Hospedaria Pedra Chata e a residência de Dora, na Ilha Rasa. As experiências, possibilitaram a imersão nos contextos locais, o diálogo com os moradores e a vivência de práticas produtivas e culturais associadas ao TBC.

Por fim, a análise dos dados ocorreu de forma qualitativa articulando os fundamentos teóricos da Economia Ecológica com as práticas observadas nas iniciativas de TBC, com uma abordagem interpretativa, visando uma compreensão de possíveis articulações entre a teoria e a prática. Como ressalta Peruzzo (2017), a observação participante, enquanto vertente da pesquisa participante insere o pesquisador em um processo de compreensão e escuta, possibilitando a construção de um conhecimento sensível, relacional e comprometido com a realidade investigada.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 ECONOMIA ECOLÓGICA**

A economia ecológica propõe uma abordagem integrada e sistêmica das relações entre a sociedade humana e a natureza, reconhecendo que o sistema econômico é um subsistema inserido em um ecossistema maior (o planeta Terra), sendo um sistema global

finito e materialmente fechado (DENARDIN, 2003). Desde a década de 1970, Herman Daly fornece uma visão crítica do crescimento econômico convencional por meio do conceito de *throughput*: ele demonstra que toda matéria-prima e energia que entram no sistema econômico, em forma de recursos de baixa entropia, inevitavelmente saem como resíduos de alta entropia, refletindo os limites impostos pela termodinâmica.

Em sua obra de 1977, *Steady-State Economics*, Daly aprofunda essa visão e apresenta o modelo da economia estacionária, definido como um sistema que mantém constantes dois estoques físicos: a população humana (nascimentos = mortes) e o capital físico (produção = depreciação), ao mesmo tempo em que estabiliza o *throughput*, ou seja, controla a taxa de extração de recursos e geração de resíduos em um nível que não cresce, equilibrando as capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema.

A economia ecológica estuda três aspectos fundamentais que moldam o sistema econômico: escala, distribuição e atribuição eficiente; a escala refere-se aos limites físicos: a economia deve operar dentro da capacidade de suporte da biosfera, respeitando os fluxos de matéria e energia do *throughput*; a distribuição diz respeito à equidade, isto é, à proporção justa de recursos destinados a diferentes indivíduos (ou gerações); por último, sendo secundária, a atribuição eficiente que envolve uso dos recursos, garantindo que sejam aplicados de forma racional (DALY; FARLEY, 2004).

Para a economia ecológica, o capital natural desempenha um papel duplo: além de fornecer matéria e energia, funciona como uma fossa receptora de resíduos, também sustenta uma gama de serviços ecossistêmicos, que são insubstituíveis pelo capital manufaturado, produzido pelo Homem (DENARDIN, 2003).

### 3.2 TURSIMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária (TBC) vem ganhando força nas últimas décadas, tendo seu início nos anos 80, busca unir concepções econômicas, sociais, ambientais, territoriais e políticas. Esse conceito surge como um modelo alternativo de desenvolvimento, pois vai contra os moldes do sistema capitalista vigente, que incentiva e promove o turismo em massa e o turismo predatório. Nesse sentido, o turismo deixa de ser uma mera atividade econômica nos moldes de um capitalismo selvagem e passa a focar na cooperação dentro do próprio território (CONTI; ROCHA; VIETZE, 2018). O

TBC preza por atender o seu público focando em experiências qualitativas, não quantitativas.

Segundo o Caderno de Princípios e Diretrizes do TBC em UCs do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio):

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018, p. 20).

Sendo um modelo de gestão participativa, onde a comunidade local tem seu protagonismo e trabalha juntamente com órgãos de fiscalização, o Ministério do Turismo (2010, *apud* MAIA, 2023, p. 10) aponta que “localizações que possuem características solidárias e comunitárias e que narram histórias de resistência frente a expansão capitalista nos moldes convencionais, podem receber do poder público o título de praticantes de turismo comunitário.”

Juntamente com os movimentos ambientalistas, que ganham mais visibilidade durante as décadas de 70/80, começou a se entender os impactos do turismo em massa/predatório e de que forma esses estão ligados às problemáticas socioambientais da atualidade. Se antes o turismo era visto unicamente como gerador de renda e critério de análise do desenvolvimento de determinada localidade, agora se percebe como essas práticas podem ser nocivas ao meio em que se encontram se feitas de maneira inconsequente.

O chamado turismo predatório se dá de forma descontrolada, gerando impactos negativos no território que está inserido. Não são poucos os casos que se conhecem de localidades turísticas que durante o período de temporada, por exemplo, para atender ao público migrante precisam fazer racionamento de água, deixando a população local desamparada; isso sem falar no trânsito intenso, na falta de infraestrutura de saúde e segurança, dificuldade no tratamento de esgoto e tantas outras problemáticas inseridas nesse cenário.

O TBC se propõe como uma alternativa de baixo impacto ambiental, operando com pequenos grupos de visitantes e valorizando a capacidade de suporte das comunidades e da natureza. A capacidade de suporte, segundos Faria (2007, p. 10) é “entendida como o número máximo de visitantes por unidade de área que um atrativo

pode suportar antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural”. Esse conceito, incorporado ao planejamento turístico a partir da década de 60, reforça a necessidade de limites no uso turístico do território, de modo que preserve os recursos e evite a descaracterização sociocultural.

As iniciativas de TBC buscam incentivar o deslocamento de pessoas para determinada localidade de forma que isso não atrapalhe a vida de quem já habita o território e nem prejudique o ambiente no qual está inserido, respeitando assim a capacidade limite do ambiente. Busca-se que os atores locais sejam os promotores das experiências, incentivando o protagonismo dessas comunidades e promovendo a conservação do território. O TBC busca iniciativas que respeitem o meio ambiente, prezando por ações de baixo impacto ambiental e com um número pequeno de pessoas por grupo atendido.

### **3.2.1 Turismo de base comunitária no Litoral do Paraná**

Na região Turística Litoral do Paraná, especialmente em territórios caiçara, famílias e comunidades locais vem protagonizando iniciativas do Turismo de Base Comunitária como ressignificação do cotidiano e estratégia de resiliência frente aos conflitos e desafios territoriais (CABRAL; IRVING; NASR, 2024). Essas práticas têm sido impulsionadas pela motivação econômica visando uma segunda ou principal fonte de renda para a subsistência, estudos apontam que a combinação do turismo com outras atividades produtivas é essencial, uma vez que reduz os riscos da sazonalidade e promove uma economia mais resiliente (MIECOANSKI, CANTERLE e CERETTA, 2018), mas, para além disso, reafirma os vínculos afetivos com o território e a valorização da cultura local.

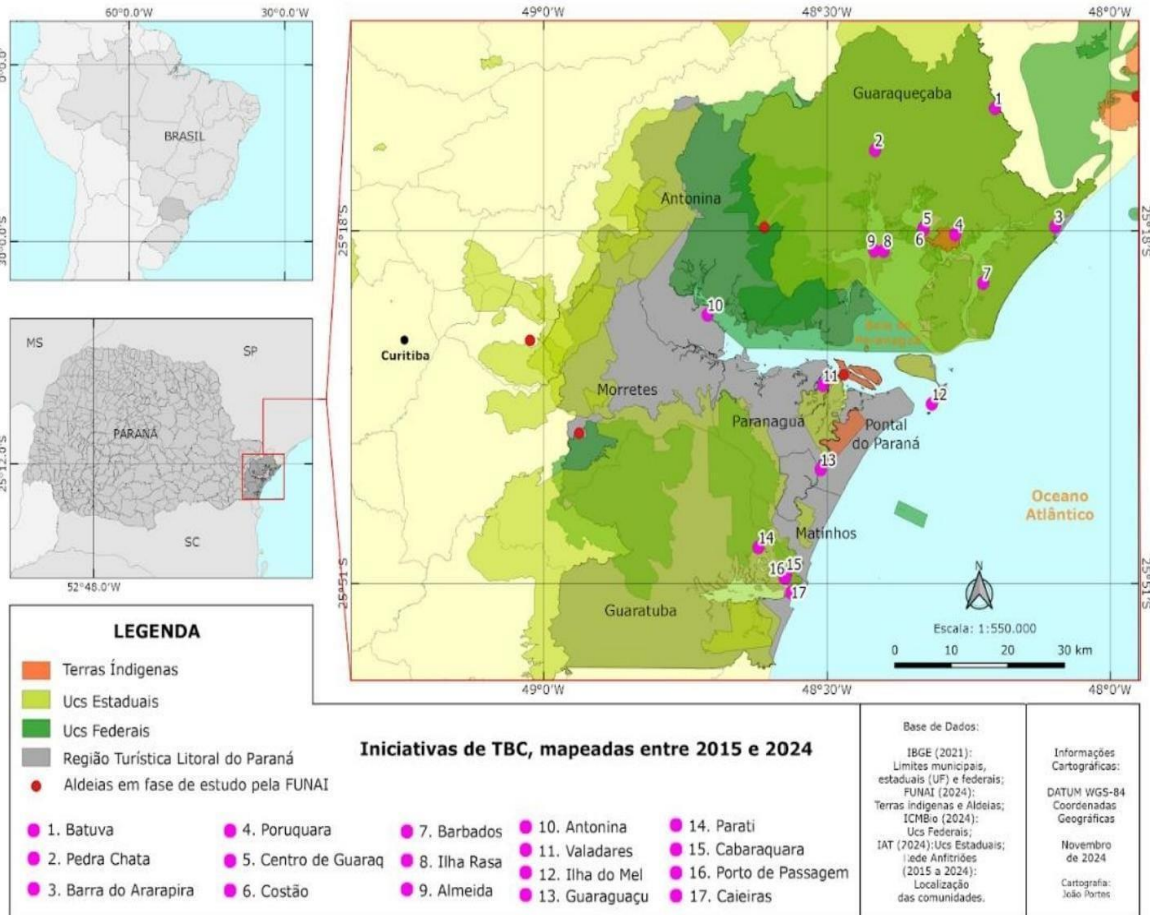
O interesse turístico na região litorânea é motivado pelas belezas cênicas paisagísticas, além da proximidade com a capital do estado, Curitiba, situada a cerca de 100 km da área (CABRAL; IRVING; NASR, 2024). A sociobiodiversidade do litoral está profundamente conectada à presença de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e rurais, que desenvolvem atividades como a agricultura e a pesca de formas harmônica com a natureza.

Conforme Cabral, Irving e Nasr (2024), o Turismo de Base Comunitária na Região Turística Litoral do Paraná (RTLTP) se desenvolve, majoritariamente, em áreas

sobrepostas ou no entorno de Unidades de Conservação (UCs), como o Parque Estadual da Ilha do Mel e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. A maioria dessas experiências é recente e ocorre nas imediações de UCs de Uso Sustentável, sob gestão do Instituto Água e Terra (IAT). Já nas UCs de Proteção Integral, como o Parque Nacional do Superagui, o TBC é reconhecido como uma prática legítima pelo órgão federal ambiental.

Ao todo, foram identificadas 17 iniciativas de TBC, com maior concentração nos municípios de Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba (Figura 1). As iniciativas de TBC são predominantemente organizadas por famílias caiçaras que estabelecem parcerias tanto dentro, quanto entre as comunidades. Essas ações coletivas buscam garantir a continuidade das atividades e fortalecer os vínculos com os territórios tradicionais. A atuação familiar e comunitária assegura a preservação da natureza e mantém a cultura viva, contribuindo para a valorização das identidades locais e para a defesa do território (CABRAL; IRVING; NASR, 2024).

Figura 1 – Indicação das experiências de TBC na Região do Litoral do Paraná.



Fonte: Fortes e Cabral (2024)

### 3.2.1 Experiência em iniciativas de TBC no litoral do Paraná

A primeira experiência vivenciada no município de Guaqueçaba ocorreu no Recanto Cogrossi, que oferta uma iniciativa de turismo de base comunitária vinculada a agricultura familiar e está localizado na comunidade da Potinga. Fomos recepcionadas pela família, que conduz as atividades turísticas e produtivas.

A propriedade é voltada à produção de subsistência, com destaque para o cultivo de mandioca e outros alimentos tipicamente cultivados na Mata Atlântica. Um dos pontos mais significativos da visita foi a aproximação com as práticas da roça e o contato com os saberes tradicionais associados ao uso do território. Também conhecemos a casa de farinha, recentemente reformada, onde ocorre o processamento da mandioca; além da mandioca realizam o processamento de outros produtos, que comercializam no centro de

Guaraqueçaba. Durante a visita, tivemos a oportunidade de ouvir relatos orais sobre o funcionamento da casa no passado e no presente, narrados pela Edna e seu pai Angelico. Esses relatos revelam aspectos importantes da cultura local e da memória coletiva sobre os modos de vida no campo.

Outro ponto marcante da experiência foi o almoço oferecido aos visitantes, uma refeição simples e de muita qualidade, feita na cozinha da casa. A comida é pensada, feita e servida pela própria família, por isso é oferecida para grupos pequenos. Uma grandiosa figueira destaca-se como um dos símbolos presentes no Recanto Cogrossi.

Dando continuidade na experiência de TBC, nos encaminhamos para a Hospedaria Pedra Chata, gerenciada pela Rosângela e pelo Edu. O local carrega consigo uma simplicidade estrutural, acompanhada de uma beleza exuberante da natureza ao redor. Fomos levados pelo Edu para conhecer a cachoeira do salto do Gracuí, que fica próxima a propriedade, durante a atividade nos foi apresentado atrativos turísticos que faziam parte do caminho.

Voltando à hospedaria nos dividimos nos quartos disponíveis, quartos esses que ficavam no lado externo da casa, mas também dentro da casa da própria família, assim como o bar, local onde foi realizado as refeições. A alimentação ficou por conta da Elisângela, que fez questão de proporcionar um banquete em todas as refeições, cozinhando na cozinha da sua casa e servindo os hóspedes com muita atenção e zelo.

Os anfitriões da Pedra Chata estiveram presentes e acompanharam todos os momentos do grupo durante a estadia, no tempo em que estiveram junto conosco falaram sobre como estão os planos de melhorar o local e a experiência de TBC oferecida, com o intuito não de receber mais pessoas por vez, mas sim de atender com mais qualidade e atenção quem chega até a propriedade.

Passado o pernoite na Pedra Chata nos encaminhamos para um deslocamento de barco que nos levou até a Ilha Rasa, onde conhecemos Dora, que nos recebeu já preparando o almoço. Dora possui uma propriedade que funciona como hospedaria, além disso é pescadora e faz cultivo de ostras. No almoço preparado pela anfitriã foi possível experimentar pratos tradicionais da comunidade, como peixes, ostras e suco de maracujá, colhido no próprio quintal da casa de Dora.

Dora foi muito atenciosa e dedicada para com o grupo, fez questão de nos levar por uma trilha que atravessou parte da Ilha Rasa, onde pudemos conhecer as demais comunidades locais: Mariana, Ilha Rasa, Almeida e Ponta do Lança.

A vivência como um todo revela os princípios do Turismo de Base Comunitária, com foco em grupos reduzidos de visitantes, valorização da cultura local, receptividade familiar e contato com práticas produtivas do território. A experiência foi conduzida de forma que os participantes pudessem não apenas observar, mas interagir com o modo de vida local, fortalecendo a conexão entre o turismo e os saberes tradicionais da região.

### 3.3 RELAÇÃO DO TBC COM A ECONOMIA ECOLÓGICA

A perspectiva da economia ecológica funda suas análises na interdependência entre sistemas econômicos e os processos naturais (DALY; FARLEY, 2004). O turismo de base comunitária (TBC) gera renda e fortalece a identidade das comunidades tradicionais (GUZZATTI, 2025), incorporando princípios centrais da economia ecológica, como: o respeito a escala dos ecossistemas, distribuição justa e atribuição eficiente dos recursos (DALY, 1991).

Um princípio da economia ecológica que engloba o TBC é que a atividade turística se desenvolva através de uma escala limitada, estabelecida a partir dos recursos locais, suas potencialidades e limitações e construída com a participação direta das populações tradicionais (IRVING, 2009). Pensar o turismo nos parâmetros da economia ecológica é respeitar a capacidade de suporte do local, que se caracteriza, segundo Denardin (2003, p. 11) por "uma situação de equilíbrio estável, qualquer aumento ou diminuição do estoque fará com que se retorne à esta situação".

Por meio do protagonismo comunitário na gestão e operação turística os benefícios ficam dentro da própria comunidade, promovendo justiça econômica e social, valores fundamentais da economia ecológica, que prioriza a distribuição justa dos recursos, dessa forma o TBC vai de encontro com o definido por Turismo Sustentável pela OMT (1995, *apud* IRVING *et al.*, 2005), que é “aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais.”

Outra perspectiva defendida pela economia ecológica e que ampara sua relação com o TBC é a da sustentabilidade forte. Dentro da economia ecológica, o conceito se contrapõe ao da sustentabilidade fraca ao defender que o capital natural não pode ser substituído de forma equivalente pelo capital manufaturado. Conforme Denardin (2003), essa perspectiva reconhece a existência de serviços ecossistêmicos indispensáveis à vida

humana e não humana que, uma vez degradados, são de recuperação incerta, limitada ou até mesmo impossível. Para autores como Turner et al. (1994); Denardin, (2003) e Harte (1995 apud DENARDIN, 2003), alguns desses serviços são insubstituíveis, como a regulação climática, a purificação da água e a estabilidade ecológica, o que os torna elementos de “capital natural crítico”, exigindo prioridade máxima em sua conservação.

#### 4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar as relações entre o Turismo de Base Comunitária no litoral do Paraná e os princípios da Economia Ecológica, identificando possíveis diálogos em suas bases teóricas e aplicações.

Com base nas discussões apresentadas nas seções acima foi possível validar a relação existente entre a economia ecológica e o Turismo de Base Comunitária. Para que isso acontecesse foi necessário compreender os fundamentos e princípios da economia ecológica, além de apresentar elementos orientadores e princípios, do TBC, visto ser um campo ainda em construção dentro do próprio turismo e por isso apresenta definições e aplicações variadas.

Promover atividades turísticas baseadas nos limites físicos do planeta, respeitar os ciclos naturais, compreendendo que não se pode substituir a natureza, e incentivar o protagonismo social são concepções adotadas pelo TBC que dialogam perfeitamente com os fundamentos da economia ecológica, reconhecendo assim suas conexões e alcançando o objetivo proposto inicialmente.

Diante dos desafios enfrentados por comunidades tradicionais frente aos modelos hegemônicos de desenvolvimento, discutir o TBC sob a ótica da Economia Ecológica mostrou-se pertinente, na medida em que ambas as abordagens valorizam formas sustentáveis e participativas de organização social e econômica.

## Referências

CABRAL, Beatriz Leite Ferreira; IRVING, Marta de Azevedo; NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Ações coletivas e turismo de base comunitária: experiências na Região Turística Litoral do Paraná, Brasil.** Revista Latino-Americana de Turismologia – RELAT, Juiz de Fora, v. 10, ed. esp., p. 1–10, jan./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511114>

CONTI, Bruna Ranção; ROCHA, Luiz Ricardo Villela Gonçalves da; VITEZE, Natália de Nery. **As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro.** Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1–21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5049>

CORIOLANO, L. N. **Arranjos produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças.** Fortaleza: UECE.2009.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 30–36, 2009.

DALY, Herman E.; FARLEY, Joshua C. **Economia ecológica: princípios e aplicações.** Tradução de Alexandra Nogueira, Gonçalo Couceiro Feio e Humberto Nuno Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 530 p. Disponível em: <[Daly Economia cap 1 \(2\).pdf](#)>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DALY, Herman E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável.** Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1991. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/A%20Economia%20Ecol%EF%BF%BDgicia%20-%20Daly%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/A%20Economia%20Ecol%EF%BF%BDgicia%20-%20Daly%20(1).pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

DALY, Herman E. ***Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and*** [1991]. 1977. Disponível em: <http://pombo.free.fr/daly1991.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DENARDIN, Valdir F. **Abordagens econômicas sobre o meio ambiente e suas implicações quanto aos usos dos recursos naturais.** Revista Teoria e Evidência

Econômica, Passo Fundo, v. 11, n. 21, p. 129–149, 2003. Disponível em: [http://cepeac.upf.br/download/rev\\_n21\\_2003\\_art5.pdf](http://cepeac.upf.br/download/rev_n21_2003_art5.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

DENARDIN, V. F., Loureiro, W., & Sulzbach, M. T. (2009). **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense**. *Redes*, 13(2), 184-198. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056854008>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FARIA, Diomira. **Impacto do turismo em um destino a partir da perspectiva da economia convencional e ecológica**. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, [S. l.], v. 2, n. 3, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17648/raoit.v2n3.3605>

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Caderno de Experiências**. Brasília: ICMBio, 2019. Acesso em: 1 jul. 2025.

IRVING, Marta de A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**. In: BARTHOLO, R. (org.). *Turismo de base comunitária e economia solidária*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108–121. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1wRdyLnVSSpN1fffAESsMq\\_aF5Vcr4iJy/view](https://drive.google.com/file/d/1wRdyLnVSSpN1fffAESsMq_aF5Vcr4iJy/view). Acesso em: 1 jul. 2025.

IRVING, Marta de A.; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; MELO, Gustavo de M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416146001>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MAIA, Naiara Tainá de Souza. **Turismo comunitário na Prainha do Canto Verde: uma perspectiva da Economia Ecológica**. 2023. 40 f. TCC (Graduação em Economia Ecológica) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73932> Acesso em: 1 jul. 2025.

MEADOWS, Donella H. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972. Disponível em: <[os limites do crescimento.pdf](#)>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MIECOANSKI, Flavia Regina; CANTERLE, Nilsa Maria Guarda; CERETTA, Gilberto Francisco. **Turismo rural e sustentabilidade: o caso da associação “Caminhos do Marrecas” em Francisco Beltrão PR.** Revista de Gestão Sustentável *Ambiental*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 643–663, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018643-663>

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação.** Estudos sobre las Culturas Contemporâneas, Colima, v. XXIII, n. 3, p. 161–175, jan./abr. 2017.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1–2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

SESC SÃO PAULO. **Turismo de base comunitária: reflexões sobre o conceito, caminhos e desafios.** Revista E, São Paulo, maio 2025. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/turismo-de-base-comunitaria-reflexoes-sobre-o-conceito-caminhos-e-desafios/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ZANETONI, João Pedro Ferraz; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de. **Economia social solidária e turismo de base comunitária: aproximações teóricas e teórico-empíricas.** Caderno Virtual de Turismo, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 68–82, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.23n3.2023.2099>